



POLÍTICA PÚBLICA, GÊNERO E CARTEIRA DE NOME SOCIAL

Luís Felipe Gomes Larratea

Universidade Federal da Paraíba humanas@cchla.ufpb.br

RESUMO: O presente trabalho investiga em que medida o modelo dicotômico de conceber a realidade pesa sobre os diversos conceitos de gênero e em que medida esses mesmos conceitos influenciam a construção de políticas públicas de gênero. Examinam-se também possíveis efeitos da incidência de políticas públicas de gênero, a partir de sua concepção binária, para um público específico, a saber, travestis e transexuais, cuja consequência acaba sendo reforçar estereótipos de gênero. Para tanto, na primeira parte são traçadas algumas considerações sobre a estrutura dicotômica de gênero (homem/mulher) e é feita uma breve revisão dos conceitos relacionados; é apresentado um sintético panorama da trajetória das políticas públicas de gênero no país. A segunda parte apresenta os resultados da pesquisa empírica realizada sobre a Carteira de Nome Social – documento que reconhece o nome social de travestis e transexuais – e sua aplicação no Rio Grande do Sul. Esforço da sociedade civil organizada e do Estado, a Carteira de Nome Social é uma política de reconhecimento da diferença, porém sua aplicação tem sido mais efetiva em grupos sociais engajados e vinculados a organizações ou entidades públicas.

Palavras-chave: gênero, políticas públicas, reconhecimento.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho explora a relação entre políticas públicas e questões de gênero. A ideia central é averiguar essa relação em algumas dimensões – no âmbito mais abstrato, compreender um pouco sobre a estruturação cognitiva de modelos dicotômicos e o conseqüente enquadramento dual da realidade, gerando um não-reconhecimento, ou subreconhecimento, de tudo aquilo, aquela e aquele que não apresente as estabelecidas características do modelo binário de percepção da realidade. Outra dimensão dará conta do entrelaçamento de tais sistemas e as políticas públicas de gênero, ou melhor, em que medida a compreensão dicotômica de mundo interfere ou influencia as fases constitutivas e o perfil das políticas

públicas de gênero. Compreender o processo de formulação, implementação e avaliação da política pública como ações e decisões permeadas por valores, assim como quaisquer outras ações e decisões, tensionando a ideia de comportamento administrativo ou burocrático, isento de concepções que expressam uma posição política, com resultado político – a não ser que se negue o caráter político da criação e manutenção de papéis sociais. Uma última dimensão tratará do empírico, da pesquisa realizada sobre uma política que, de certa forma, rompe com a perspectiva hegemônica de construção das políticas públicas de gênero. Esta política é a que cria e implementa a Carteira de Nome Social, a ser apresentada adiante.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O problema explorado são os efeitos causados por essas políticas e a própria estrutura de gênero, que reafirma o papel marginal de alguns segmentos da sociedade, não contemplando certas camadas por justamente não se reconhecerem dentro dessa limitada e “estática” lógica dicotômica de gênero – caso das transexuais e travestis. O trabalho aborda o processo de construção de políticas públicas que para serem formuladas levam em consideração distinções de gênero e, em um segundo momento, reflete sobre as consequências de tais políticas. Revisa a trajetória percorrida pelas políticas públicas de gênero no país, a partir da pressão do movimento de mulheres e do movimento feminista, e de que forma essas políticas são constituídas e por que são assim constituídas, discorrendo sobre os preceitos que subsidiam diferentes concepções acerca da temática de gênero e suas consequências nas mais variadas esferas - de complicações jurídicas à manutenção de papéis sociais, tendo sempre como referencial o gênero em sua deliberação. Embora revise brevemente a trajetória percorrida dos movimentos sociais até chegar à incorporação da perspectiva de gênero pelas políticas públicas, o trabalho prioriza a análise da inserção (ou da não-inserção) da comunidade trans como população alvo de políticas públicas. Como exemplo da política destinada a tal segmento,

será objeto de análise empírica a Carteira de Nome Social, documento no qual se institui oficialmente o nome social de travestis e transexuais.

Para tanto, propõe-se a responder ao seguinte problema de pesquisa: qual a incidência e o que representa a Carteira de Nome Social (doravante CNS) entre as integrantes da comunidade transexual e travesti? Como foi construída esta política e o que ela permite ao público beneficiário?

Objetivo geral consiste em analisar o processo de construção da política da CNS, o processo de mobilização social, a negociação com o Estado e a percepção da comunidade trans acerca da política. Os objetivos específicos são (1) examinar como esta política complexifica a noção dicotômica de gênero (2) investigar de que maneira as organizações da sociedade civil e o Estado pautaram aspectos fundamentais desta política no Rio Grande do Sul e (3) analisar a incidência entre potenciais beneficiários, bem como avaliação destes a respeito da CNS.

Considerando o objeto de estudo a ser analisado e a metodologia adotada, o presente trabalho pode ser considerado de cunho exploratório, não apresentando hipótese em sua estruturação. Dessa forma, pretende acompanhar uma política de reconhecimento.



METODOLOGIA

Antes de entrar nos métodos a serem utilizados ao longo do trabalho empírico, convém ressaltar algumas questões acerca da pesquisa quantitativa, à guisa de ressalva. O primeiro ponto a ser salientado se refere ao imperativo quantitativo para se embasar análises sobre políticas públicas. Não sem motivos são utilizados métodos quantitativos para a avaliação ou análise de parte considerável de políticas públicas, tendo em vista que tais métodos, segundo Uwe Flick (2002), tem como finalidades isolar claramente causas e efeitos, operacionalizar corretamente relações teóricas, medir e quantificar fenômenos, criar planos de pesquisa (que permitam a generalização de descobertas) e formular leis gerais.

Ainda que reconhecidos os méritos da pesquisa quantitativa para a análise de políticas públicas, bem como para a construção de indicadores que subsidiam a construção dessas políticas,

[...] a mudança social acelerada e a consequente diversificação de esferas de vida fazem com que os pesquisadores sociais defrontem-se, cada vez mais, com novos contextos e perspectivas sociais; situações tão novas para eles que suas metodologias dedutivas tradicionais – questões e hipóteses de pesquisa derivadas de modelos teóricos e testadas sobre a evidência empírica – fracassam na diferenciação de objetos. Consequentemente, a pesquisa é, cada vez mais, obrigada a utilizar estratégias indutivas: em vez de partir de teorias para testá-las, são necessários “conceitos sensibilizantes” para a abordagem de contextos sociais a serem estudados (FLICK, 2002 p. 18).

Assim sendo, a adoção de um método que disponha de “conceitos sensibilizantes” se faz fundamental quando desejamos compreender as diferentes dimensões de uma política pública, ainda mais no caso de políticas específicas para públicos ainda pouco conhecidos ou reconhecidos (em termos de público alvo de política pública), como no caso estudado.

Nesse sentido, são utilizadas entrevistas semiestruturadas na pesquisa de campo, na intenção de contemplar o maior número de estratégias para compreender o processo de deliberação da política em questão, as dificuldades e sucessos de sua implementação e a opinião do público-alvo, beneficiário ou não, da política.

Discussão e Resultados

Políticas Públicas e Gêneros

Para estabelecer uma cronologia mínima do desenvolvimento do campo de políticas públicas, pode-se dizer que os estudos de políticas públicas no Brasil emergiram no processo de transição do autoritarismo para a democracia, concomitantemente à institucionalização das ciências sociais no país. O processo de democratização e a crise fiscal ocorrida no final da década de 1970 transformaram as relações de Estado e sociedade e resultaram em uma agenda de reforma no Brasil, fazendo com que emergissem diversos atores e movimentos



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

reivindicando a inserção de segmentos como beneficiários de políticas públicas e democratização da arena decisória, bem como descentralização e participação na formulação de políticas (FARAH, 2004).

Do processo de consolidação da reforma desse período, participaram os movimentos sociais pressionando para a redemocratização do regime e por direitos básicos de cidadania. Dentre os movimentos sociais, as mulheres já figuravam desde o final dos anos 1970 como agentes de pressão no espaço público, trazendo a pauta de gênero para o debate da época. Ou seja, a constituição dos movimentos de mulheres (ou mulheres nos movimentos) com a temática de gênero consiste em mudança política das questões de gênero, que foram levadas para o debate público, pois até então pertenciam ao âmbito privado. Nesse sentido, houve parceria entre os movimentos de mulheres e o movimento feminista, tendo este último foco na questão de gênero e sua inserção na agenda (FARAH, 2004, p. 50). Ainda segundo Farah (2004), o movimento feminista no país se fortaleceu junto com a consolidação dos estudos de gênero no final da década de 1970. Para a autora, ainda hoje conceito de gênero mais difundido é o da perspectiva do feminismo da diferença (FARAH, 2004).

A partir de tal perspectiva, na década seguinte foram realizadas as primeiras

experiências em termos de políticas públicas com recorte de gênero e criação de estruturas voltadas às mulheres – Conselho Estadual da Condição Feminina e Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), ambos em 1983; Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ambos em 1985. Porém, ainda na década de 80 houve divergências entre as/os feministas acerca de algumas questões políticas, como integrar a máquina estatal ou manter-se como movimento autônomo, de pressão. Dessa forma, surgiram diversas ONG's, que, com o passar do tempo, estabeleceram parcerias com o Estado (FARAH, 2004). Avançando para os anos 1990, período em que ocorrem as primeiras conferências sociais da ONU, o conceito binário e essencialista de gênero, desvinculado da sexualidade, começa a ser contestado por novas perspectivas acadêmicas (ALVES; CORRÊA, 2009).

O conceito de gênero adotado pela ONU irá vigorar na importante Conferência de Beijing de 1995, utilizado também como referência em acordos, tratados, protocolos internacionais. A difusão do conceito de gênero descrito na citação acima permeará as conquistas no âmbito das políticas de gênero em diversos países signatários desses mesmos encontros, conferências e tratados. A partir da pressão desses mecanismos (não apenas da



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

pressão externa, mas também interna) eclodirão diversas iniciativas voltadas à área de gênero, como a significativa conquista da Lei Maria da Penha (2006), que tem por objetivo reverter ou amenizar o escandaloso cenário de violência machista de gênero no Brasil. Vale lembrar que neste caso a lei surgiu também a partir de uma condenação do país por tribunal internacional. O papel das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004/2007) resultou em grande avanço concreto, gerando os dois Planos de Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM I e PNPM II), os quais traçaram eixos estratégicos de atuação. De forma inequívoca, as importantes conquistas alcançadas a partir dos tratados/acordos internacionais e da mobilização interna, resultaram em conquistas históricas para a efetivação dos direitos das mulheres (PRÁ; EPPING, 2012).

Das iniciativas citadas, vale destacar a IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing (1995), da qual emergiu uma importante perspectiva de incorporação do gênero pelas políticas públicas – o conceito de transversalidade. Tal conceito instrumentaliza a apropriação dos aspectos de gênero pelas políticas públicas, perpassando diversas dimensões da política e áreas de atuação. A ideia de transversalidade basicamente garante que as políticas dos mais variados segmentos relevem a dimensão de gênero, reconhecendo

as diferenças e especificidades da mulher e do homem.

Dessa forma, tornam-se visíveis os esforços para reverter a ordem patriarcal e os avanços em direção à efetiva consolidação da cidadania feminina e seu gozo pleno pelas mulheres. Pode-se destacar também a iniciativa, ainda que tímida, de trazer o homem para as políticas públicas de gênero. Exemplo emblemático é a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (2008). A generificação do homem e sua elegibilidade para políticas públicas que incorporem as dimensões de gênero consistem em importante estratégia para avançar no debate conceitual de gênero e romper com a sinonímia gênero-mulher que domina o âmbito das políticas públicas e o senso comum. Por óbvio, o inquestionável ambiente androcêntrico em que vivemos e os arraigados valores patriarcalistas de nossa sociedade e instituições redundam em políticas direcionadas às mulheres, no sentido de se amenizar as assimetrias de gênero e a dominação masculina, tal como Bourdieu sinalizou em seu trabalho.

O presente trabalho compreende que tal movimento não poderia ser diferente, nem deveria ser. Todavia, compreende também que o movimento de inserção do homem no debate sobre gênero e política pública não é excludente à focalização na mulher.

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



Tampouco considera excludente o movimento de complexificação do modelo binário de elegibilidade e distribuição dos benefícios das políticas públicas de gênero, com iniciativas que prevejam a incorporação de novas demandas relacionadas ao gênero e às diversas identidades existentes e as que possam emergir. Nesse sentido, os exemplos do procedimento de transexualização e a adoção do nome social no Sistema Único de Saúde (SUS) são significativos (ALVES; CORRÊA, 2009, p. 131-132).

Importante ressaltar que a cirurgia oferecida pelo SUS se dá mediante a uma perversa condição: a patologização da travesti/transsexual. Não por acaso o segmento é relutante ou contra a despatologização do que denominam “transtorno de gênero”. Ou seja, o procedimento é interpretado como corretivo, como parte de um tratamento para a doença de “transtorno de gênero”, do “transexualismo”. Assim, a cidadania de transexuais e travestis precisa ser negociada com a psiquiatria, aspecto que se liga de maneira incisiva com as análises históricas empreendidas por Foucault. Adicionalmente, pode-se afirmar que discursos geram e visibilizam as identidades generificadas e, de certo modo, a inflexão para procedimentos de transexualização demonstra uma trama de poderes que constituem sujeitos.

Assim, compreender a variabilidade de expressões de gênero e responder a todas essas dimensões, operacionalizando ações através de políticas públicas consiste não exatamente em tarefa muito grata. Todavia, é necessária se quisermos incluir e reconhecer grupos e identidades em sua diversidade para além do paliativo e da “tolerância”. Como bem nos lembra Alves e Correa, também não foi tarefa simples inserir a dimensão de gênero na seara das políticas públicas: De compreensão análoga, embora estabelecendo uma frágil dicotomia entre política pública de gênero e política pública para as mulheres, Bandeira (2005) analisa a situação a partir de uma perspectiva linear, prescritiva, prevendo a transformação de políticas pontuais em políticas abrangentes.

Por fim, seja a partir de uma perspectiva “evolutiva” como a da socióloga Lourdes Bandeira, seja reconhecendo novas demandas e instrumentalizando políticas públicas de gênero a partir dessa realidade como ponderam José Eustáquio Alves e Sônia Corrêa, o debate sobre gênero e políticas públicas fatalmente dialoga com o modelo dicotômico. Como foi visto, o sistema binário subsidia hegemonicamente a construção de políticas públicas de gênero. Em sentido diverso, a política analisada a seguir é direcionada para um público que não pertence ao enquadramento homem/mulher,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

assinalando uma ruptura com o padrão hegemônico de se fazer política pública de gênero. Não obstante suas limitações, pode-se considerar a política a seguir como paradigmática nesse sentido, sendo um oportuno objeto de pesquisa e estudo para os meandros de gênero e sua relação com as políticas públicas.

Política de gênero não-binária: Carteira de Nome Social (CNS)

A pesquisa realizada procurou averiguar empiricamente alguns aspectos relacionados à formulação, implementação e eventual resultado da política de tratamento nominal pelo uso do nome social de transexuais e travestis, fundamentada pelo Decreto 48.118 e pelo Decreto 49.122. O Decreto 48.118, publicado em junho de 2011, dispõe sobre o tratamento nominal, inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual. Já o Decreto 49.122, publicado em maio de 2012, instituiu a Carteira de Nome Social para travestis e transexuais no estado do RS. Embora a iniciativa tenha precedentes no âmbito municipal, ou na área da saúde, e esses precedentes tenham sido importantes, a pesquisa realizada refere-se tão somente as ações que se estabeleceram a partir dos dois decretos citados acima, no âmbito estadual. A pesquisa realizada ao

longo do ano de 2013 teve como objetivo reconstruir a trajetória e sondar os possíveis efeitos da política de reconhecimento a partir da CNS, através de entrevistas semi-estruturadas.

A pesquisa de campo realizada no âmbito do terceiro setor se deu integralmente com as lideranças e militantes da ONG Igualdades RS – Associação de Travestis e Transexuais do RS. Após frequentar sua sede na capital durante o primeiro semestre de 2013, foram entrevistadas, no segundo semestre do mesmo ano, respectivamente, a representante de Gravataí, Cristina, conhecida como Mãe Cris; a representante de Guaíba, Pitty; a militante Luiza Stern, que presta assessoria jurídica para a organização; e a Marcelly Malta, representante da rede Igualdade como um todo e da sede matriz, localizada em Porto Alegre. A escolha das entrevistadas foi a partir da participação das mesmas nas reuniões promovidas pela ONG e a ordem das entrevistas se deu de acordo com a disponibilidade das mesmas. A escolha da instituição e de sua rede se deve ao fato de sua quase exclusividade na defesa específica dos direitos da população travesti e transexual do RS, organizada para e a partir de travestis e transexuais. Por sua atuação, conquistas e expressividade, a ONG detém o quase monopólio da representação legítima da comunidade trans do estado.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O segundo eixo contempla a posição não do Estado ou da atual gestão, mas de um dos órgãos governamentais que estiveram e estão envolvidos na política. A escolha da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do RS se deve principalmente por três razões: pelo envolvimento direto na instrumentalização, aperfeiçoamento e implementação da carteira, com o Instituto Geral de Perícias (IGP) sendo vinculado a essa Secretaria; pela presença e atuação junto à comunidade LGBT, através de treinamentos, reuniões e parcerias, em especial com a Coordenadoria de Diversidade Sexual do RS; e por se tratar de um âmbito especialmente delicado e caro às travestis e transexuais, em especial para as profissionais do sexo, tendo em vista o histórico de conflito na abordagem e no tratamento policial e carcerário. Dessa forma, a entrevista foi realizada com a Delegada Patrícia Sanchotene, do Departamento de Ensino e Treinamento da SSP, principal agente envolvida no processo de construção e implementação da carteira na Secretaria. A Delegada Patrícia, na época vinculada a Assessoria de Direitos Humanos da Divisão de Assuntos Institucionais da Polícia Civil, presenciou o lançamento do decreto que institui a CNS pelo Governador e a partir de então esteve sempre envolvida com a questão do tratamento nominal das travestis e transexuais.

As entrevistas realizadas com as travestis e transexuais que possuem ou não a CNS foram feitas em três oportunidades, contabilizando um total de cinco informantes. Na tentativa de evitar um possível viés nos relatos, procurou-se fazer a investigação fora do âmbito militante, mais especificamente com um público que não tivesse contato direto com a Igualdade RS. Para tanto, foi escolhido um local onde as travestis e transexuais profissionais do sexo trabalham à noite, um ponto fora da rota mais tradicional e conhecida de prostituição da capital porto alegre. O circuito mais conhecido consiste na Avenida São Pedro e na Avenida Farrapos, em suas adjacências. Segundo Benedetti (2005, p. 36), “no quadrilátero formado pelas avenidas São Pedro, Brasil, Voluntários da Pátria e Pernambuco concentra-se o maior número de travestis de Porto Alegre”. Conhecendo a capilaridade e atuação da rede Igualdade, optei por realizar as entrevistas em uma praça na qual as profissionais do sexo fazem programa com pedestres e motociclistas no fim de noite e madrugada, localizada em região periférica da Zona Norte. Tendo em vista as condições em que foram realizadas as entrevistas, não foi possível seguir o roteiro de perguntas previamente produzido, sendo que dois relatos foram interrompidos por razões do próprio campo – clientes que haviam chegado



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

para fazer programa com as informantes. Como resultado, obtive quatro entrevistas gravadas e um depoimento que não pude registrar com o gravador, por falta de autorização.

O primeiro eixo, como já descrito anteriormente, de pesquisa empírica contempla o terceiro setor, mais precisamente a ONG de referência da comunidade trans no estado, denominada Igualdade RS. Os relatos obtidos nessa organização composta por travestis e transexuais demonstraram nitidamente que a CNS é uma demanda histórica do movimento LGBT e que foi uma grande conquista para o segmento e isso por três motivos – a existência de grande dificuldade da mudança de nome no civil devido à burocracia, o constrangimento pelo nome civil e a consequente obstaculização ao acesso de bens e serviços públicos (em especial o SUS) e não reconhecimento oficial e prático de uma identidade de gênero outra que rompe com o binarismo. Assim, as líderes da Igualdade RS relataram, quase em uníssono, a importância de tal política pública.

O segundo eixo perscrutado pela pesquisa foi o âmbito estatal, mais precisamente a SSP, quem de fato operacionalizou a política. Como encarregada de instrumentalizar a política, a Delegada Patrícia informou haver uma grande

resistência por parte dos servidores públicos de aderir ao nome social, que consideravam um nome fantasioso. Nesse sentido, não bastaria apenas um decreto ou alguma lei que obrigasse os servidores a respeitar o nome social, sendo necessário a confecção de algum documento que legitimasse tal nome. Dessa forma, surgiu a CNS sendo expedida gratuitamente pela SSP, ou seja, a secretaria que expedia as carteiras de identidade e as carteiras de nome social era a mesma, contribuindo para o reconhecimento oficial e legitimidade do nome social.

Por fim, o eixo final foi composto pelo público-alvo da política, no qual foram entrevistadas beneficiárias e não-beneficiárias da iniciativa. Nesse eixo, formado por travestis profissionais do sexo, percebeu-se certa heterogeneidade nos relatos das informantes. Enquanto uma parte das entrevistadas conhecia a política, outra parte desconhecia e demonstrava pouco interesse em conhecer. Além de relatos de travestis que conheciam e não aderiam à CNS, houve uma narrativa em particular que dizia não fazer sentido essa iniciativa, dizendo que jamais sentiu preconceito em sua vida. Ou seja, a política da CNS revelou fazer muito mais sentido para as militantes travestis do que para as profissionais do sexo, que compunham a maioria da comunidade trans de Porto Alegre e da realidade do estado.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Nesse sentido, ficou explícita a miríade de identidades que compõe o segmento de travestis e transexuais, colocando em xeque políticas de reconhecimento que tomam como norte identidades fixas ou estáveis.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo contribuir com o debate sobre gênero e políticas públicas, destacando os reflexos causados pelas novas demandas e conformações identitárias. Como visto, o perfil dicotômico que perpassa as diferentes concepções de gênero subsidia escolhas políticas e reproduz papéis/identidades sociais através das políticas públicas de gênero. Nesse sentido, convém trazer para o debate sobre política pública de gênero grupos e indivíduos que possam não se enquadrar nesse molde hegemônico de conceber gênero – particularmente populações vulneráveis que necessitam ser assistidas pelo poder público, como a de transexuais e travestis. Assim, o decreto que institui a CNS e estabelece o uso do nome social em órgãos do poder Executivo consiste em iniciativa que se direciona rumo ao reconhecimento de grupos historicamente aviltados, inserindo suas pautas no debate político de gênero.

Certamente isso não quer dizer que políticas públicas de gênero destinadas a mulheres e homens são equivocadas ou anacrônicas; muito antes pelo contrário -

políticas para as mulheres, políticas para os homens e políticas para as demais identidades de gênero que existem ou possam existir consiste em um movimento centrípeto de construção e consolidação de uma visão abrangente de gênero, visão inclusiva, que promove a igualdade na diferença. Por óbvio, em um contexto de recursos escassos, nem sempre se pode contemplar a todas e todos; todavia, tal debate apresenta complexidade para além das questões materiais e de disputa política pelos diferentes atores. O modelo binário, a normalização, o machismo, as masculinidades incompletas, a hierarquia das sexualidades e mais uma extensa gama de conceitos permeiam e complexificam o debate sobre gênero e sobre política pública de gênero.

Nesse sentido, a CNS representa um esforço de colocar em prática uma política de reconhecimento que leva em consideração identidades ao largo da experiência binária de gênero. Não por acaso a demanda de institucionalização do nome social é uma reivindicação histórica do movimento de transexuais e travestis. A questão do nome social expressa a autonomia do sujeito com relação ao seu sexo, autonomia de escolha gramatical, autonomia de construção identitária, condição libertária de escolha.

Assim, se por um lado a pesquisa evidencia uma modesta difusão da carteira em



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

âmbitos não militantes e também diversos exemplos em que a CNS não está sendo respeitada, por outro lado a política representa uma conquista histórica, um direito adquirido, em que também se evidencia a preocupação do Estado em mediar relações que antes eram pautadas pelo âmbito privado - sem qualquer interferência do poder público sobre as humilhações e constrangimentos cotidianos pelos quais passavam e passam as travestis e transexuais. Ou seja, a CNS representa um esforço do poder público e da militância em coibir a violência simbólica que ocorre com

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz; CORRÊA, Sônia. **Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar**, 15 anos depois do Cairo. Texto escrito para o Seminário Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo, da Abep, realizado em 11 e 12 de agosto de 2009, em Belo Horizonte.
- BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - Avançar na Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas** 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Rev. Estud. Fem. 2004, vol.12, n.1 pp. 47-71.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. São Paulo: ARTMED, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, vol. I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 17ª edição.

frequência ao segmento. E também representa um avanço na direção da troca do nome de registro, sendo a CNS muitas vezes um documento intermediário, de transição, por ser gratuito e de fácil confecção. Dessa forma, a política analisada apresenta suas limitações e pertinências, todavia figurando sempre como uma iniciativa que rompe com alguns padrões de se fazer política pública de gênero e destinada a reconhecer oficialmente um segmento em situação de vulnerabilidade e ainda à margem de uma cidadania plena.